

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.700 - MG (2019/0296494-8)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PIMENTEL LUCIANO
(PRESO)
ADVOGADO : ANDRÉ RUDSON RAMOS - MG134595
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PIMENTEL contra acórdão proferido pela 2ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.19.106644-8/000.

Depreende-se dos autos que a recorrente foi condenada a pena de 8 anos de reclusão, em regime semiaberto, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2.º, inciso II, do Código Penal.

Nesta via alega, em síntese, que faz jus a prisão domiciliar do art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal, em razão de possuir filha menor de 12 anos de idade que necessita de seus cuidados.

Requer, liminarmente, o provimento do recurso para que possa cumprir a sua pena em regime domiciliar.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

In casu, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção do regime de cumprimento de pena, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ, fls. 140-141):

[...]

Entretanto, após detida análise dos autos, entendo que razão não lhe assiste.

Nesse sentido, cumpre destacar que as alegações apresentadas no presente Habeas Corpus são referentes a prisão cautelar, o que não se verifica em relação à paciente, uma vez que, como já exposto, sua prisão decorre de condenação transitada em julgado, sendo a segregação decorrente do próprio cumprimento da reprimenda imposta no acórdão.

[...]

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estariam sendo vítima a parte recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais

Superior Tribunal de Justiça

detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator